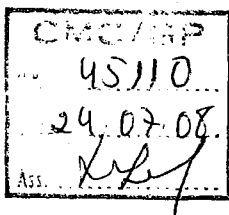
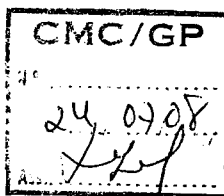


Ana Paula Vitorino

SECRETÁRIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES



Exmo Senhor

Dr. Carlos Encarnação

Ilustre Presidente da Câmara Municipal de
Coimbra

Lisboa, 26 de Março de 2008

Senhor Presidente,

Em vésperas de realização da próxima Assembleia Geral da Metro Mondego, S.A., e face às notícias que têm vindo a ser publicadas em diversos órgãos de Comunicação Social, dirijo-me a V. Exa. para reafirmar o compromisso do Governo em concretizar a Modernização do Ramal da Lousã, correspondente à primeira etapa do Sistema de Mobilidade do Mondego.

Como certamente é do conhecimento de V. Exa. tem sido com este objectivo que nos últimos meses temos vindo a trabalhar em conjunto com os três Municípios envolvidos.

Neste sentido, o projecto está a ser desenvolvido de forma a garantir que todo o Ramal entre Serpins e Coimbra B tenha a mesma solução tecnológica, isto é, material circulante de tipologia "Tram-Train", electrificação ao longo de todo o percurso e incorporação das opções que garantam a maior sustentabilidade possível ao Sistema.

Dentro desta lógica, após obtido em Agosto p.p. parecer de princípio favorável de todo o executivo da Câmara Municipal de Coimbra, a empresa foi autorizada a avançar com os estudos necessários à concretização das denominadas variantes Solum e Avenida Fernão de Magalhães.

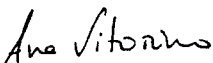
Aproveito ainda esta oportunidade para informar V. Exa. que, após terem começado em Janeiro deste ano, as obras das três interfaces previstas para o Ramal - Lousã, Miranda do Corvo e Ceira -, a actual programação dos trabalhos prevê que a modernização da via se desenvolva em três empreitadas, cujos lançamentos dos concursos obedecem à seguinte calendarização:

1. Troço Serpins - Miranda do Corvo: Julho de 2008;
2. Troço Miranda do Corvo - Alto de S. João: Setembro de 2008;
3. Troço Alto de S. João - Coimbra Parque: Outubro de 2008.

O troço Coimbra Parque - Coimbra B encontra-se ainda em fase de estudo pelo que não é possível avançar neste momento com uma data para o lançamento do concurso, contudo estou certa de poder continuar a contar com a colaboração do Município de Coimbra a que V. Exa. preside, para que rapidamente seja possível lançar o concurso deste troço tão importante para a população de Coimbra.

Espero que desta forma fique dissipada qualquer dúvida infundada que poderia subsistir relativa ao empenho deste Governo no desenvolvimento do Sistema de Mobilidade do Mondego.

Com os melhores cumprimentos,



Ana Paula Vitorino
Secretária de Estado dos Transportes



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Secretária de Estado dos Transportes

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA
A SECRETÁRIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Ana Paula Vitorino

por ocasião da
**Sessão de Lançamento do Concurso Público Internacional
do Material Circulante para o Sistema de Mobilidade do
Mondego**

Cine Teatro da Lousã, 30 de Junho de 2008

(vale a versão lida)



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Estado dos Transportes

Senhor Governador Civil de Coimbra,

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lousã,

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,

Senhora Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Senhores Presidentes da Metro Mondego, CP, REFER e FERBRITAS

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje é um marco histórico na mobilidade da região do Vale do Mondego abrangendo três Municípios – Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra.

O lançamento do Concurso Público Internacional do Material Circulante para o Sistema de Mobilidade do Mondego constitui um ponto de viragem de um projecto estruturante para a mobilidade desta região e que por demasiadas vezes tem sido adiado.

Assim, após o início das obras de construção das três interfaces previstas para o Ramal – Lousã, Miranda do Corvo e Ceira, cuja conclusão ocorrerá ainda este ano, surge agora o lançamento do Concurso do Material Circulante com vista a assegurar o seu fornecimento quando as obras de modernização do Ramal da Lousã estiverem concluídas.

O concurso prevê um fornecimento inicial de 20 a 22 veículos para o serviço suburbano com prazo de entrega de 26 meses e um fornecimento adicional de 16 a 20 veículos para o serviço urbano em regime de opção livre de aquisição, num investimento totalo estimado em cerca de 60 milhões de euros.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Secretária de Estado dos Transportes

Este material circulante terá elevados padrões de conforto e segurança e estarão equipados para circular com prioridade nos cruzamentos com a rodovia, em meio urbano, e nas passagens de nível remanescentes entre Coimbra e Serpins.

Fica assim garantida uma exploração eficaz e fiável para satisfação dos passageiros, contribuindo definitivamente para a melhoria das condições de vida das pessoas e da mobilidade na região, mas também ficam garantidas boas condições de adaptação ao meio envolvente, diminuindo os impactes negativos sobre o território.

Por outro lado, as regras do concurso também obrigam que, no mínimo, 80% dos veículos sejam montados no nosso País, reflectindo uma preocupação de que parte deste investimento público se destine ao tecido empresarial nacional.

Esta é, portanto, uma boa notícia, quer para a região, quer para o País.

Esta é também a prova inequívoca do empenhamento do Governo e da irreversibilidade do Sistema de Mobilidade do Mondego.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quero também dar nota da evolução prevista para as obras de electrificação e requalificação de todo o ramal da Lousã.

De forma a acelerar todo o processo, as obras de modernização ao longo do Ramal da Lousã, entre Serpins e Coimbra B, serão divididas em cinco empreitadas.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Secretária de Estado dos Transportes

No prazo máximo de um mês será lançado o concurso para a primeira empreitada, no troço compreendido entre Lousã e Miranda do Corvo, o que permitirá iniciar as obras durante o primeiro trimestre do próximo ano.

Ainda este ano, até Outubro, será lançado o concurso relativo ao troço Miranda do Corvo / Alto de S. João. Os concursos relativos aos restantes três troços – Alto S. João / S. José; S. José / Coimbra Cidade e Coimbra Cidade / Coimbra B – serão lançados durante o primeiro semestre de 2009.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Este é um plano ambicioso de recuperação, electrificação e requalificação de todo o ramal da Lousã. E a única forma de requalificar o ramal da Lousã é fazer obras no ramal da Lousã.

E falemos claro, deixemo-nos de demagogias!

Para fazer obras no ramal da Lousã é preciso interromper o serviço ferroviário durante cerca de dois anos após o início das obras. E não adianta pensar que poderia ser de outra maneira. Para fazer obras de fundo no ramal da Lousã, fosse qual fosse a solução, teria sempre que ser interrompido o serviço. Queremos é fazê-lo minimizando os incómodos para os cidadãos: no mais curto espaço de tempo e disponibilizando transportes alternativos o mais confortáveis possível.

Mas depois dos incómodos vêm os resultados, vêm os benefícios para os cidadãos.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Secretária de Estado dos Transportes

O novo sistema de mobilidade, mais confortável, mais rápido, mais seguro, mais fiável, entrará em operação, entre Serpins e Coimbra Cidade, em Fevereiro de 2011, e até Coimbra B em Outubro de 2011.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Confesso que não tem sido fácil chegar a esta fase e tenho perfeita consciência que a concretização do plano traçado obriga ainda a um intenso trabalho que não depende só do Governo.

Do lado do Governo podem contar com o mesmo empenho que tivemos desde o primeiro dia para a concretização deste projecto, como aliás comprovam as obras que estão a decorrer nas interfaces da Lousã, Miranda do Corvo e de Ceira, o lançamento do presente concurso, ou o plano que acabei de anunciar.

Empenho em trabalho, mas também de afirmação e resistência num esforço contínuo para credibilizar todo um investimento essencial para a mobilidade de uma vasta população e que infelizmente se vê demasiadas vezes inadvertidamente utilizado para servir os interesses de alguns numa atitude populista e demagógica.

Verdade se diga que não é caso único, pois parece que virou moda – a falta de ideias é compensada com um discurso do “bota abaixo” e de “pôr tudo em causa”.

O que antes é verdade, agora é mentira.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Secretária de Estado dos Transportes

Não interessa que anteriormente tenham sido chamados a exercer funções com responsabilidades governativas e tenham tomado decisões de realização de investimentos, numa conjuntura em que o País não tinha assegurado a sua consolidação orçamental e até, permitam-me que recorde a expressão utilizada, "estava de tanga".

Atente-se ao histórico do projecto do Metro do Mondego. Em 24 de Janeiro de 2002 foram aprovadas as primeiras bases de concessão, em 6 de Dezembro de 2004 foram introduzidas alterações nas bases de concessão, o que demonstra bem a vontade dos Governos da época em realizar este investimento.

Mas outros exemplos podemos apontar de decisões tomadas então em matéria de investimentos em infra-estruturas no sector de transportes e que agora parecem ser questionadas.

Neste enquadramento político onde tudo parece valer, menos o bom senso, o Governo numa atitude responsável tem procurado seleccionar criteriosamente uma carteira de investimentos que promovam o desenvolvimento económico e que sejam factores de criação de riqueza, contribuindo para a competitividade nacional.

Só assim, podemos criar confiança quer nos agentes económicos, quer na população em geral.

Por todas estas razões, o Governo tem mostrado grande disponibilidade em discutir os projectos e, quando se justifica, introduzir as melhorias necessárias de forma criteriosa, mas garantindo sempre os compromissos assumidos, sem fugir às suas responsabilidades quando é chegado o momento de decidir.

O Sistema de Mobilidade do Mondego não foge a esta regra!



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Secretária de Estado dos Transportes

Como é sabido, o rumo que pretendemos para o projecto passa por desenvolver um novo conceito integrado de mobilidade regional, em que o sistema ferroviário ligeiro desempenhará um papel estruturante no sistema de transportes da região, articulando os concelhos de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

Assim, na actual solução, no modelo defendido por este Governo, foram introduzidas diversas melhorias ao projecto, respondendo aos anseios da população.

A primeira passa por adoptar a mesma solução tecnológica para todo o Sistema com a opção de electrificar todo o Ramal da Lousã, numa opção racional quando se assiste a uma escalada dos preços do petróleo.

A segunda é relativa à inclusão na Etapa 1 da extensão a Coimbra B, o que irá permitir assegurar desde logo as ligações ao centro da cidade de Coimbra, bem como à rede ferroviária pesada, convencional e futuramente à Alta Velocidade.

A terceira que se encontra em fase de estudo e que depende também da posição final que vier a ser assumida pela Câmara Municipal de Coimbra, passa por desviar em alguns pontos a linha do actual canal, aproximando o Sistema ligeiro dos locais onde estão as pessoas.

A quarta com a introdução de veículos de tipologia *tram train* com a reabertura da operação ferroviária e cujo lançamento do concurso assinalamos hoje.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Estado dos Transportes

Estamos a falar de um investimento total de cerca de 285 milhões de euros. Representa concerteza um grande esforço para o País, mas também representa um grande benefício para as populações. Este investimento representa uma aposta na melhoria da qualidade de vida das populações desta Região, mas também num modo de transporte mais sustentável do ponto de vista ambiental e energético, como é o caminho-de-ferro.

O SMM integra-se na política de transportes do Governo que reconhece grandes potencialidades aos modos de transporte colectivos de superfície, enquanto elementos que permitem a articulação das redes pesadas de transportes e as redes de distribuição de proximidade, permitindo igualmente configurar soluções que satisfaçam integralmente as cadeias de mobilidade.

Hoje estamos aqui para demonstrar a nossa determinação para que o projecto do Sistema de Mobilidade do Mondego avance com celeridade, com rigor e de forma sustentada.

Para tal, continuamos a contar com a colaboração de todos, em particular dos Municípios, para juntos tomarmos o Sistema numa realidade.

Agradeço, por isso, na pessoa dos presidentes dos Municípios aqui presentes todo o contributo que têm dado e que estou certa continuarão a dar.

Por último, não queria deixar de enaltecer o trabalho conjunto desenvolvido pela Metro Mondego, CP, REFER e Ferbritas para que pudéssemos hoje assistir a esta cerimónia que marca o princípio de uma nova realidade para o Sistema de Mobilidade do Mondego.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Ana Paula Vitorino
SECRETÁRIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES

CMC/GP
N.º 36548
Data 18.06.08
Ass. J. Vitorino

Re - Encarregado, Coimbra
& muito muito bom
Vest.
18/06/2008

Anguim

Exmo. Senhor
Dr. Carlos Encarnação
Ilustre Presidente da Câmara Municipal de
Coimbra

Carlos Manuel de Sousa Encarnação

Lisboa, 11 de Junho de 2008

Senhor Presidente,

Na sequência da diversa troca de correspondência que temos mantido e das diversas notícias que têm surgido amiúde na comunicação social sobre o desenvolvimento do Sistema de Mobilidade do Mondego, é com grande satisfação que constato que as nossas opiniões sobre o desenvolvimento do projecto são coincidentes, num bom exemplo de como se deve pautar o relacionamento entre Autarquias e a Administração Central, na defesa do interesse público.

De facto, seria uma oportunidade perdida se não houvesse convergência de interesses num projecto desta dimensão tão importante para a mobilidade da região de Coimbra, onde quem sairia fatalmente prejudicada seria a população dos três Municípios a que o Sistema se destina a servir.

Assim, de forma a acabar com todas as especulações criadas à volta deste projecto, reafirmo que o nosso objectivo é o de disponibilizar à população, o mais rapidamente possível, um sistema de metropolitano ligeiro de superfície totalmente electrificado entre Serpins e Coimbra B.

Para não restar qualquer dúvida do empenho do Governo na concretização do projecto, tenho o prazer de comunicar a V. Exa. que ainda durante o mês de Junho será lançado o concurso para aquisição do material circulante da tipologia "Tram-Train", de forma a garantir que esteja disponível quando terminarem as obras de modernização da linha.

Conforme oportunamente havia comunicado, de forma a tornar o processo o mais célere possível, foi decidido dividir o projecto em diversas empreitadas, devido à sua dimensão (cerca de 40 km), sensivelmente homogéneas, para contemplar as legítimas preocupações manifestadas por V. Exa., mas, creia-me, também coincidentes com as nossas.

Assim, prevê-se o lançamento de cinco concursos de empreitada ao longo de um ano, a um ritmo uniforme de 3 meses a partir de Julho de 2008, seguindo a seguinte programação:

1. Troço Serpins – Miranda do Corvo: Julho de 2008;
2. Troço Miranda do Corvo – Alto de S. João: Setembro de 2008;
3. Troço Alto de S. João – São José: Janeiro/Fevereiro de 2009;
4. Troço São José – Coimbra Cidade (Portagem): Março/Abril de 2009;
5. Troço Coimbra Cidade (Portagem) – Coimbra B: Junho/Julho de 2009.

Em Dezembro de 2008 será ainda lançado o concurso público para a construção do Parque de Material e Oficinas.

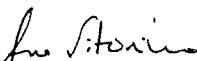
Foram introduzidos alguns ajustamentos relativamente ao calendário anterior, por forma, a garantir a abertura da operação dentro da cidade de Coimbra o mais rapidamente possível. Desta forma, consegue iniciar-se a operação até Coimbra Cidade (Portagem) em Fevereiro de 2011, em vez de apenas até Coimbra Parque, com benefício evidente para a população, e dez meses depois operar até Coimbra B.

Note-se que, as empreitadas três a cinco, com variantes propostas pela Metro do Mondego, com parecer favorável dessa Câmara Municipal, contêm alguma incerteza motivada pelo cumprimento de exigências ambientais associadas à emissão das respectivas Declarações de Impacte Ambiental, dado preverem intervenções em zonas urbanas mais sensíveis, respectivamente, a variante da Solum, a zona da Portagem e a variante da Av. Fernão de Magalhães.

Refira-se ainda que, no caso desta última, é necessário fazer os necessários estudos de pormenor, contando, como tem acontecido, com o precioso auxílio dos técnicos disponibilizados pela Câmara Municipal de Coimbra.

Aproveito ainda a oportunidade para comunicar a V. Exa. que em simultâneo estão a ser desenvolvidos planos de contingência que permitam a concretização do projecto dentro do actual canal, no caso da solução que inclui as variantes da Solum e da Av. Fernão de Magalhães se vier a mostrar impossível de realizar dentro dos prazos fixados.

Certa de poder contar com o contributo de V. Exa. para a concretização deste plano, apresento os meus melhores cumprimentos, *respeitosamente*,



Ana Paula Vitorino

Secretária de Estado dos Transportes



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Gabinete da Presidência

A Sua Ex^a a Senhora
Secretária de Estado dos Transportes
Eng^a Ana Paula Vitorino
Palácio Penafiel – Rua S. Mamede ao Caldas n^o21
1100-153 Lisboa

Sua Referência:	Sua Comunicação:	Data:	N/ Referência:
		28/03/2008	50/08/PRES

Excelência:

Cumpre-me, antes de tudo, agradecer a carta que V^a Ex^a quis ter a gentileza de me enviar.

Creio, todavia, que, baseando-se nas notícias que foram publicadas na comunicação social, ficou a faltar a substância da posição da Câmara Municipal e o modo como ela tem sido transmitida à Metro Mondego e ao seu Presidente.

Para evitar repetições, tomo a liberdade de juntar cópias do texto da deliberação da Câmara Municipal de 13/08/2007 e da carta enviada ao Sr. Presidente da Metro Mondego.

Através dela se perceberá melhor qual a nossa óptica quanto ao projecto.

Há uma coisa que não queremos, necessariamente. É obstaculizá-lo. Já basta o que basta e chamo a atenção para uma entrevista do Presidente da Câmara da Lousã ao confessar a sua intervenção bloqueadora no anterior processo concursal, na sua peculiar expressão: “apenas encravei o processo uma única vez” (Diário As Beiras, 28/03/2008), pelas razões que lhe diziam, a ele, respeito.

.../...



.../... (2)

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Para nós, o projecto Metro Mondego, tenha a designação Sistema de Mobilidade do Mondego ou outra qualquer, será sempre o desejo de ter um eléctrico rápido de superfície como solução moderna e ambientalmente correcta a circular na antiga linha da Lousã e no percurso urbano de Coimbra com a obrigação de ser estudado o seu prolongamento em relação a outras áreas exteriores à Cidade.

Justamente porque falamos da linha da Lousã, convém esclarecer que começa em Serpins e acaba em Coimbra B. E é o seu traçado que constitui o traçado base sempre consensualmente aprovado para a linha do eléctrico rápido a ligar aqueles dois pontos.

Por essa mesma razão foi transferida para a Metro Mondego a titularidade da plataforma.

Não faz, quanto a nós, qualquer sentido ter outras composições que não de tracção eléctrica a circular nas linhas do Metro Mondego. Como V^o Ex^a muito bem sabe esta opção obteve vencimento técnico e foi defendida claramente pela actual administração da Metro Mondego, razão pela qual o concurso para o material circulante deverá ser único.

Não faz, quanto a nós, qualquer sentido que o lançamento da primeira fase não englobe imediatamente todo o concurso entre aqueles dois pontos (Serpins – Coimbra B). Caso contrário, assistiríamos a uma ligação concursada Serpins – Coimbra Parque e depois a um hiato entre Coimbra Parque e Coimbra A e outra solução de Coimbra A a Coimbra B. Nunca poderia haver circuito de composições senão quando todo este percurso estivesse completo. Seria uma forma de esticar, no tempo, o projecto.

Nem se diga que o troço Coimbra Parque – Coimbra B se encontra em fase de estudo. Também, neste sentido, o troço Alto de S. João – Coimbra Parque o estaria e, apesar disso, tem calendário definido.

Insisto, pois, que o lançamento da primeira fase inclua este último troço e que, não se conseguindo chegar a acordo em relação a traçados alternativos, seja lançado com base no traçado até agora estabilizado, como aliás

.../...



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

.../...(3)

o Presidente da Metro Mondego, em tempos referia. Sendo caso disso, em qualquer momento se poderão realizar as alterações eventuais.

De outro modo, restaria para Coimbra um ónus incompreensível de ser deixado para o fim um ponto essencial do traçado. Precisamente aquele que permite falar em sistema de mobilidade ao serviço do município e é capaz de fazer a ligação com a rede nacional.

Solicito, pois, a Vª Exª, a revisão da posição transmitida.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente

(Carlos Encarnação, Dr.)



**CÓPIA
DE PARTE DA
ACTA Nº 50/2007 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE 27/08/2007**

Publicitada através do Edital nº 242/2007, nos termos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro

Nesta altura retomaram os trabalhos os Srs. Vereadores Victor Baptista e Luís Vilar.

A reunião foi interrompida por cerca de 10 minutos, por sugestão dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, a fim destes discutirem e analisarem a proposta de deliberação relativa a “MetroMondego – Estudo de viabilidade para a reformulação do traçado urbano do Ramal da Lousã”, nos termos acordados na reunião extraordinária de 13 de Agosto.

Retomada a reunião, o Executivo apreciou o seguinte assunto:

4. MetroMondego – Estudo de viabilidade para a reformulação do traçado urbano do Ramal da Lousã

Para este assunto e nos termos da reunião extraordinária de 13/08/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3793/2007 (27/08/2007):

- Emitir parecer favorável às propostas técnicas de alteração do traçado da linha do Metro Mondego (MM), no troço compreendido entre Coimbra – B e Vendas de Ceira, face ao proposto por esta empresa, de acordo com o parecer dos serviços e, ainda, tendo presentes os seguintes pressupostos, que deverão ser precisados no âmbito do desenvolvimento do projecto de execução:
- A electrificação do referido troço, já na primeira fase.
- No desenvolvimento do projecto, a adopção de adequadas soluções de integração urbana nas zonas cujo traçado se altera e que, passando a servir áreas mais urbanas, devem contribuir para a sua qualificação e valorização (designadamente: Praça 25 de Abril, R. D. João III, R. Humberto Delgado, Av. Elísio de Moura; Av. Fernando Namora e Av. Fernão de Magalhães) cuja responsabilidade cabe à MM, nos termos do projecto acordado desde o início.
- Acordo entre a MM e os promotores que na Casa Branca vêem a solução urbanística anteriormente aprovada pela CMC, ser alterada (a CMC continuará a colaborar com a MM na definição dos consensos e no desenvolvimento das necessárias alterações aos projectos aprovados, tendo em conta a melhor solução para a cidade).
- A cedência ao Município da área liberta (não utilizada) da actual linha, a título gratuito, tendo presente, ainda, o protocolo entre a CMC e a MM, em 28.06.02
- A possibilidade de proceder às alterações da circulação viária nos termos previstos nos estudos agora propostos pela MM, nomeadamente com a possibilidade de circulação na via rodoviária paralela à linha da MM, entre o Arnado e a Praça 8 de Maio/Rua da Sofia.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

ESTÁ CONFORME,

A Técnica Superior,

(Patrícia Silveira)

Documento emitido pelo DAGRH através da Secção de Apoio à Câmara Municipal para ser junto
ao processo respectivo pelo serviço responsável pela sua instrução